

Notas sobre o desenvolvimento da região Oeste Paulista

Aspects about development of West of São Paulo State

Wilma Spinosa
Doutora em Ciências de Alimentos - UNICAMP
Professora - FAI

Resumo

O presente texto esboça alguns aspectos relacionados com a perspectiva de desenvolvimento econômico da Região Oeste do Estado de São Paulo, observando, principalmente, políticas estaduais e municipais, bem como questões relacionadas à participação de instituições de nível superior nesse processo. Partindo-se de elementos da história da região, bem como da configuração contemporânea nos setores da educação e produção industrial, promove-se o esboço de propostas para a consolidação dessa região num circuito econômico mais vigoroso em termos estaduais e nacionais.

Palavras-chave: Economia.Setor Público.Setor Privado.Educação.Tecnologia

Abstract

This paper observes some aspects about the economic development of the West of São Paulo State. It discusses public policies and the potential action of education institutions in the regional development, suggesting the improvement of the superior education for the labor market.

Keywords: Economy.Public Organisms.Private Organisms.Education.Technology

Introdução

O presente texto tem caráter ensaístico, porém procura se utilizar argumentos concretos. Ele trata da reunião de informações de ordem histórica e de aspectos relacionados à evolução dos setores industrial e educacional no país. Sua pretensão é tão somente apontar (ou levar adiante determinados flancos de preocupações) para questões que, cotidianamente, são observadas em separado, até mesmo por conta das carências do país em diversas áreas. Procuramos abordar tanto a distribuição geopolítica da indústria e dos serviços públicos (em especial a melhoria de estradas e da comunicação regional), como o papel efetivo da educação no desenvolvimento regional. Um panorama geral é construído para sustentar um sucinto rol de proposições, todas elas, ao menos em alguma instância, passíveis de ser enfrentadas desde já.

Iniciativa privada, serviços públicos e desenvolvimento

Abordar a questão do desenvolvimento, nos dias de hoje, é algo complexo, sobretudo em se tratando de uma região com indicadores modestos em relação à boa parte do Estado de São Paulo. Em termos de

expectativa de investimento anunciado para o ano de 2006, por exemplo, a Nova Alta Paulista ficou numa das últimas colocações em todo o Estado¹. A perspectiva de que o investimento estatal ou mesmo privado irá, isoladamente, dar conta de desencadear um processo de desenvolvimento regional sustentável a médio e longo prazo parece preocupante.

Há algumas décadas, incentivos públicos e privados oportunizaram o crescimento econômico de algumas regiões paulistas. Investimentos privados em setores já constituídos bem como a melhoria de infra-estrutura, inclusive de estradas de rodagem resultaram em contextos favoráveis ao desenvolvimento, desencadeadores de uma série de outros elementos convergentes: maior circulação de recursos econômicos, implicando a possibilidade de novos empreendimentos; maior a possibilidade de emprego, aumentando-se a densidade demográfica; necessidade de pessoas com melhor capacitação, aumentando-se as exigências da formação, melhorando currículos e a circulação da informação e do conhecimento. Tais fatores, entre outros, geraram novas demandas e possibilidades, que fizeram com que o crescimento, nessas localidades, se desse de maneira gradativa e constante.

Mas em outras regiões isso aconteceu de forma mais tímida. Há casos de municípios que, no passado, foram importantes centros políticos e, hoje, com a diminuição do tamanho da máquina estatal e a conseqüente redução de suas áreas de atuação, convivem com a dependência em relação a estruturas administrativas cada vez mais restritas ao atendimento das necessidades cotidianas básicas e menos disponíveis para o planejamento e o investimento em termos macro-econômicos. Tais órgãos são menos capazes hoje de, como no passado, auxiliar mais diretamente no fomento da política e da economia regionais. Em muitas cidades, tais estruturas estão sendo até mesmo parcialmente desativadas. Embora não seja uma regra absoluta, tal situação acontece de maneira recorrente. Em que pese a melhoria do equipamento público na Região Oeste, esse processo não se consolidou, por exemplo, no setor rodoviário. Parte da malha viária ainda enfrenta problemas e esse, por sua vez, é um fator que, em determinadas circunstâncias, pode ser decisivo. Na recente definição do lugar onde a Nestlé ampliaria sua produção industrial, a opção pela cidade de Araçatuba deve ter levado em conta as condições de escoamento, pois a empresa pretende exportar 40% dessa produção².

Por outro lado, o investimento isolado da iniciativa privada, com a construção de uma ou de outra indústria de porte médio ou grande, pode oferecer impacto significativo na economia regional, sob a forma de empregos e de tributos, mas tal impacto é limitado a uma área circunscrita da economia. De maneira geral, tais empreendimentos demandam recursos e mão-de-obra específica, mas não chegam, necessariamente, a se constituir como catalisadores de mais investimentos e de desenvolvimento em rede. Basta lembrar que no oeste paulista existem grandes empreendimentos, principalmente na área agroindustrial, no entanto, tais iniciativas apresentam participação limitada no fomento de pólos industriais diversificados na região. O complicado exercício de manutenção da competitividade no próprio setor é, por si mesmo, um elemento limitante no que diz respeito à participação da agroindústria na composição de um circuito industrial regional. Seu papel na economia é inquestionável, porém, indutivo, em boa parte, de sua própria atividade.

Afora isso, é preciso também frisar que grandes empreendimentos são objeto de disputa de estados e municípios não só do Estado de São Paulo. Com a melhoria da rede viária e mesmo ferroviária, facilidade de comunicação, o aumento de incentivos fiscais e mesmo por conta de complicadores sindicais nas grandes metrópoles, empresas de porte médio e grande se transferiram para centros menores. Porém, há muitas cidades e regiões disputando os poucos empreendimentos de grande porte anunciados aqui e ali. O oeste paulista sofre ainda mais uma vez, pois a logística beneficia outras regiões, mais próximas de grandes complexos produtivos, comerciais e de exportação.

É preciso lembrar ainda que a instalação de grandes empresas numa ou noutra região nem sempre é sinônimo de maior desenvolvimento econômico. Por um lado, os incentivos fiscais proporcionados em muitos casos a tais empreendimentos fazem com que seu impacto seja, em boa parte, limitado à geração

de empregos. E, nesse sentido, há que se notar que, nos ramos mais competitivos, o nível de tecnologia é bastante alto, diminuindo sensivelmente o número de postos de trabalho. Em que pese ser um exemplo extremado, o caso das indústrias de bebidas instaladas na zona franca de Manaus é ilustrativo. As empresas fabricantes de Coca-Cola e de Pepsi-Cola, e também a indústria pertencente à AmBev, naquela região, faturaram R\$ 3,27 bilhões, em 2006. Um terço desse faturamento foi obtido graças à isenção de impostos (R\$ 1,16 bilhão). Significa dizer que pouco houve de retorno em termos fiscais à comunidade. Por outro lado, se pensa no fomento de empregos, tem-se nova decepção: as três companhias, juntas, somam apenas 236 empregos diretos³. Em termos de benefício agregado, enfim, também uma constatação pouco estimulante: o fato de contar com três das principais produtoras e engarrafadoras de bebidas do mundo ocidental, Manaus não desenvolveu um pólo de conhecimento compartilhável nessa área. O conhecimento fica restrito ao interior das empresas.

Num cenário como esse, em que a articulação entre serviços públicos e privados é fundamental para induzir o crescimento, a incipiência dessa articulação levou à busca de alternativas compensatórias. Daí, por exemplo, uma das justificativas mais convincentes para a instalação de estabelecimentos prisionais no Oeste paulista tenha sido aquela relacionada ao volume de empregos disponibilizados por tais empreendimentos. Essa medida, bem como a contratação, por diversas prefeituras, de funcionários em caráter temporário, funcionam como estratégia até certo ponto reguladora, visando-se a alimentar a economia e mesmo a atenuar o problema do desemprego. Basta lembrar que em parte das cidades do Oeste paulista, a renda média mensal por habitante está na faixa de dois salários mínimos, valor este menor do que a média do Estado de São Paulo. No caso de Adamantina a renda mensal *per capita* está na faixa de 2,34 salários mínimos, enquanto a média no Estado é de 2,92 salários. Cerca de 20% dos domicílios têm renda individual de até metade de um salário mínimo⁴.

Ainda que construir o futuro regional baseado na iniciativa pública seja um caminho possível, essa política é preocupante, pois, além de sujeita aos solavancos da economia, ela está atrelada a um orçamento público cada vez mais enxuto e voltado às exigências de uma sociedade mais democrática e que se pretende, legitimamente, mais atendida em termos de benefícios do Estado. Aliás, o mesmo emprego temporário, que, historicamente, mostrou-se como alternativa para aliviar a pressão social é, nos dias de hoje, um dos principais desafios dos governantes, dado o comprometimento orçamentário com pessoal, as questões previdenciárias e o custo da manutenção desse expediente. O investimento de expectativas no poder público tende a ser, de alguma maneira, uma opção de alcance limitado. Não foi por acaso que já há cerca de três décadas os governos federal, estadual e mesmo municipal vêm descentralizando suas estruturas administrativas, e ajustando organismos que incentivem o diálogo entre o público, o privado e as comunidades locais, para a prospecção de alternativas de desenvolvimento. É o caso de estruturas como os consórcios regionais de prefeituras, Comitês de Bacias Hidrográficas, Escritórios Regionais de Desenvolvimento, entre outras.

À guisa de sugestão

O quadro esboçado é bastante precário e sugere que o investimento público tem sido um fator preponderante para a regulação da atividade econômica do Oeste paulista, mas este investimento ainda não tem sido suficiente para dar seqüência a um processo consistente de desenvolvimento econômico, em boa parte por conta das limitações verificadas ainda no mesmo setor público, cada vez mais exigido para funções sociais básicas. Um exemplo disso está na classificação de Adamantina no Grupo 3, em termos de desenvolvimento, segundo a Fundação SEADE. De acordo com os indicadores oficiais, trata-se de região com pouca capacidade de geração de riqueza, mas com aspectos (nas áreas da saúde e educação, por exemplo) suficientes para garantir condições de vida dignas à sua população. Essa classificação melhorou nos últimos anos (o município apresentava-se no Grupo 4 no início desta década)⁵.

Quais seriam então as alternativas para acelerar as perspectivas para o crescimento regional? Parece certo que esse crescimento deve estar atrelado a investimento 'externo' na região. Seguem algumas

sugestões, esquemáticas e não conclusivas, cujo foco está nas próprias características ou possibilidades regionais. A primeira delas é a continuidade de reivindicação para a ampliação do investimento público estadual e federal. Não se trata apenas de insistir na melhoria das estradas regionais, embora seja esta uma das principais deficiências logísticas de parte do Oeste paulista. Trata-se, sobretudo, de tornar mais equânime a relação de investimentos públicos feitos entre as diversas regiões. Da maneira como a distribuição do equipamento de atendimento público está posta nos dias de hoje, regiões menos distantes da capital acabam sendo beneficiadas não apenas pelo investimento privado, mas também por conta das próprias demandas criadas pela melhoria dos serviços públicos. É sabido que a melhoria da rede viária e ferroviária tornaria o Oeste atraente para o Estado de São Paulo e também o disporia num circuito ainda maior, que abrange boa parte do Mato Grosso do Sul e do Paraná.

Afora a reivindicação coletiva dos municípios regionais, por uma relação de investimento mais justa em termos estaduais, outras iniciativas podem trazer resultados até mais imediatos. A primeira delas é o investimento na área de educação. Os indicadores oficiais mostram que cidades médias e pequenas têm maior chance de alcançarem desempenhos mais elevados⁶, pois uma série de fatores contribui para uma melhor relação de ensino/aprendizagem: a) maior possibilidade de identificação entre o professor e a comunidade escolar; b) maior participação da comunidade na vida da escola; c) maior proximidade entre a direção e os professores com a própria escola e com os alunos, e vice-versa. Tais características tendem a se tornar mais eficazes quando se observa que a internet e outras tecnologias podem atuar como ferramentas importantes para potencializar a aprendizagem, inclusive a de adultos, diminuindo a distância em relação a muitos conhecimentos.

Ainda na área de formação, parece fundamental o investimento na promoção estratégica do conhecimento em nível superior. O atual modelo de oferta de cursos de graduação já chegou ao seu limite, principalmente em termos de iniciativa privada. Basta lembrar que o número de vagas não preenchidas nas instituições privadas passou de 12%, em 1980, para 44%, em 2004⁷. O aumento do número de vagas, portanto, se realizado, precisa ser pensado de modo a não só atender as demandas imediatas, como a oferta de cursos de licenciatura e das profissões liberais, mas também observado em termos de tecnologias. É sabido que países asiáticos (Twain, Hong Kong, Coréia do Sul, China e Índia) têm investido pesadamente nas áreas de desenvolvimento tecnológico, sobretudo em termos de engenharias. Para se ter idéia de como o Brasil ainda é iniciante nessa área, basta lembrar que o percentual de formados nas engenharias é de pouco mais de 5%, ao passo que outras carreiras, como o direito e as ciências social e da educação são responsáveis por mais de 60% dos concluintes (IEL, 2006).

É pertinente frisar que as engenharias, mesmo em regiões menos industrializadas podem ter papel decisivo, pois, se, por um lado, tais áreas dependem de aprimoramento contínuo permanente, para se antecipar e mesmo acompanhar a evolução ocorrida nas diversas áreas para evitar a obsolescência, por outro, uma das exigências fundamentais a qualquer uma delas é justamente o consistente embasamento em termos de conhecimentos básicos de matemática e ciências. Estes últimos, por seu turno, são acessíveis em qualquer instituição, mesmo longe de grandes centros tecnológicos.

Tais conhecimentos de base ou fundamentos, além de predominantes na composição dos cursos de engenharia, também permitem a esses cursos e a suas instituições o fomento de outras iniciativas tecnológicas, que, inclusive, interagem mais de perto com o mercado de trabalho e com os níveis anteriores de formação. Falamos acerca dos cursos tecnológicos em nível superior. Trata-se do fomento das áreas tecnológicas, que podem não apenas auxiliar a indústria e a agropecuária regional, como levá-las a uma comunicação maior com outras regiões. Basta lembrar que o principal setor de transformação não apenas do Oeste paulista, mas de todo o meio Oeste são indústrias de alimentos e bebidas. Investir nesse campo, cuja tônica está no trabalho aplicado, seria, de imediato, uma alternativa para a profissionalização da população jovem, além de auxiliar na melhoria da qualidade da produção das empresas regionais, algo que contribuiria para a própria competitividade dessas empresas.

Nesse sentido, é pertinente lembrar que um dos tipos de curso que mais crescem no Brasil nos dias de hoje é a educação tecnológica propriamente dita. Embora sejam eles o carro-chefe de instituições públicas, esses cursos passam a ser oferecidos em grande escala por instituições privadas, com êxito em termos de aceitação. Segundo o Serviço de Avaliação Institucional das FATEC, pesquisa apontava que 91,6% dos formados naquelas instituições em 2004 estavam atuando no mercado, sendo que mais de 60% deles nas áreas dos cursos (PEREIRA, 2007). Essa porcentagem é cerca de 20% maior do que a média de atuação na mesma área de formação entre estudantes de cursos convencionais de bacharelado e licenciatura⁸.

Tanto os cursos de bacharelado, como os tecnológicos, cada um tem seu papel. Os primeiros procuram fazer interagir a ciência e a vida cotidiana, são fundamentais para assentar a cultura do conhecimento nas mais diversas áreas numa dada região. Já os cursos de tecnologia fazem a interação entre o conhecimento aplicado e o dia-a-dia das empresas. São cursos altamente mutantes (cerca de 20% dos conteúdos são modificados de ano para ano), dependentes das circunstâncias imediatas da produção. Os dois perfis de cursos devem integrar-se e são importantes para promover e aplicar o conhecimento na vida produtiva. Enquanto o conhecimento acadêmico atualiza o pensamento científico e cria formas de assentá-lo na comunidade, os cursos técnicos atuam como elo entre a universidade e os setores produtivos (MEC, 2006).

Por outro lado, integrados, os dois podem compor um caminho mais seguro para o desenvolvimento, pois o conhecimento acadêmico promovido pelos cursos de bacharelado contribui para regular o desenho dos cursos técnicos (que podem saturar o mercado, numa determinada área, de um ano para o outro). Os mesmos cursos técnicos, por seu turno, auxiliam o diálogo com as empresas e, portanto, a pesquisa e revisão de procedimentos, dos cursos acadêmicos. Do mesmo modo, tais cursos contribuem para a continuidade da formação de jovens saídos do Ensino Médio, pois se tornam alternativas atraentes em termos de duração dos cursos (em geral de dois anos) e de inserção no mercado de trabalho. Essa possibilidade tende a ganhar dimensão mais expressiva se observa que a média de formados em nível médio no país vem crescendo rapidamente. Atualmente, a média de formandos em relação aos jovens em idade escolar está na faixa de 30%. No Estado de São Paulo, essa média é ainda maior, alcançando volume superior a 40%⁹.

É importante frisar, no entanto, que a ausência de cursos técnicos pode e tem sido suprida pelas instituições de nível superior, em diversos casos, sob a forma de prestação de serviços, nas mais diversas áreas. Esta é uma alternativa talvez tão promissora quanto aquela, pois acaba por fazer dos serviços prestados à comunidade uma forma de inserção não só da instituição de ensino, mas também de seus profissionais e alunos, também na busca de conhecimento especializado. O investimento nessa área, desde que colocado como parte de um projeto de desenvolvimento regional, tende a não só tornar mais consistente a inserção da instituição na comunidade, como também fomenta a cultura da aplicação do conhecimento científico nos empreendimentos, melhorando a qualidade da produção e utilização de recursos regionais.

Finalmente, é preciso potencializar a mediação entre os setores público e privado, com o investimento em fóruns setoriais que observem, de maneira conjunta, os projetos e os obstáculos para o crescimento dos mais diversos ramos da produção e dos serviços públicos. Trata-se de incentivar o diálogo entre as diversas áreas da economia regional, para discutir as perspectivas dos diferentes movimentos sociais e econômicos dos municípios. Existe a necessidade de oportunizar espaço para a soma de conhecimentos, nas mais diversas áreas, para que se discutam caminhos mais duradouros para o desenvolvimento. Algumas condições, entretanto, parecem já postas: melhorar o equipamento público e também as taxas de escolarização. Tais indicadores podem servir como reguladores, num futuro próximo, até mesmo no que diz respeito ao perfil do crescimento a que se quer buscar, fazendo com que a região possa ter condições melhores de optar acerca dos caminhos que pretende seguir.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília: Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, 2006.

IEL - INSTITUTO EUVALDO LODI. **Inova Engenharia**: propostas para a modernização da educação em engenharia no Brasil. Brasília: IEL-SENAI, 2006.

PEREIRA, P. A volta por cima dos tecnólogos. **Revista Ensino Superior**, ano 9, n. 103, abril 2007.

NOTAS

¹ De acordo com dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

– SEADE. Disponível em: www.seade.gov.br

² Folha de S. Paulo, 20.05.2006.

³ Folha de S. Paulo, 27.05.2007, p. B1.

⁴ Fonte: www.seade.gov.br. Dados do ano 2000.

⁵ Disponível em www.seade.gov.br .

⁶ Os indicadores da Prova Brasil, propostos pelo MEC, em 2007, atestam isso (cf. www.mec.gov.br).

⁷ Fonte: INEP-MEC, 2006.

⁸ Folha de S. Paulo, 11.09.2006, p. C1.

⁹ Dados disponíveis em www.mec.gov.br